

GT 1. Lutas camponesas e indígenas na América Latina

O reviver do movimento indígena boliviano na *Abya Yala*

Bruna Cardoso*

Resumo: Neste trabalho pretendemos discorrer sobre a questão do movimento indígena na Bolívia, enfatizando sua história como parte da transformação do país, suas lutas e memórias de resistência, pois através da insurreição do movimento um novo tempo se instaura na Bolívia: um tempo plurinacional. E *Abya Yala* – que quer dizer Terra Madura ou viva, e é sinônimo de América para os povos indígenas – se faz presente neste trabalho quando dissertamos sobre o papel do Estado como agente de poder, e a colonialidade que ainda permanece em muitas práticas e mentes. A partir da geograficidade enfatizamos a importância do território como um elemento de conflito, de (re)significação, de existência e de um conjunto de vivências. Destacamos o movimento indígena boliviano, pois suas ações territoriais que se espacializam no território boliviano juntamente com outros movimentos, construindo assim novos espaços para a transformação da realidade vivida, tornando-se os sujeitos protagonistas das ações territoriais do movimento. Os movimentos sociais detêm uma participação extremamente importante neste trabalho, pois são detentores da constituição da própria existência e das ações em defesa de seus direitos em um espaço de conflitualidades. Trata-se de um território de resistência, na busca de afirmação e reconhecimento de sua identidade. A questão da organização política nos remete à idéia de um agrupamento que se faz através de ações territoriais, principalmente estabelecidas pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, dentre eles os movimentos indígenas.

Palavras-chave: Bolívia; Movimentos Indígenas; Território.

Introdução

A partir da geograficidade enfatizamos a importância do território, como um conjunto de vivências, objetivando compreender neste a importância do território para os movimentos indígenas bolivianos.

Os movimentos sociais detêm uma participação extremamente importante neste trabalho, pois são detentores da constituição da própria existência e das ações em defesa de seus direitos em um espaço de conflitualidades. Trata-se de um território de resistência, na

busca de afirmação e reconhecimento de sua identidade. A questão da organização política nos remete à idéia de um agrupamento que se faz através de ações territoriais, principalmente estabelecidas pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, dentre eles os movimentos indígenas.

Abordarmos sobre os movimentos indígenas na América Latina com o passar dos anos, vêm se firmando em busca de seus direitos e reconhecimento como povos originários.

A partir do processo de colonização da América Latina se constitui uma herança cultural européia muito forte. As sociedades aqui existentes antes das colonizações da América apresentavam estruturas sociais bem concretas, diferentemente do que os europeus acreditavam. Ainda assim não foi possível esquivarem-se das encruzilhadas da colonização.

Na América Latina, os movimentos indígenas atravessam um momento muito importante de organização, de luta pela identificação e de respeito a sua identidade e cultura. Vemos uma série de movimentos e possibilidades importantes para os indígenas, desde o final do século XX. Além do caso boliviano no qual iremos abordar mais profundamente ao decorrer deste trabalho, destacamos na Argentina uma reorganização do movimento indígena, promovida principalmente pelos mapuches, grupo étnico que se divide entre o território argentino e o chileno. Na Colômbia mencionamos as marchas indígenas da etnia *Nasa* na busca pelo seus direitos, assim como no Peru, onde a população esteve juntamente com os indígenas em 2009 apoiando-os contra o governo e a constituição de leis tidas como nefastas. No Equador, onde encontram-se muitas mobilizações sociais, enfatizamos a força dos movimentos indígenas, principalmente através da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE). Destacamos ainda o Brasil, onde os indígenas querem afirmação de sua identidade entre a sociedade, lutam por territórios e para eles o valor destes "é o sangue dos indígenas", injustiçados pelo Estado e por uma organização governamental que afirma os representar, contudo não atendem a seus anseios.

A Bolívia foi por muito tempo explorada brutalmente pela colonização espanhola. Esse tempo foi cruelmente marcado por preconceitos, invasões territoriais e escravidão ou *pongueaje*.

Configura-se como um país com características particularmente complexas ao qual se entrelaça a sua formação histórica, pelos constantes conflitos políticos e sociais, ligados às relações de classes, à economia, às etnias existentes, a governos e militares. Multiplicadores que fizeram com que surgissem ações revolucionárias contra a hegemonia das classes dominantes bolivianas.

No presente trabalho utilizamos como exercício de investigação os movimentos indígenas visando a compreensão da sua participação política na Bolívia.

Segundo Miguel (2008, p.78), o movimento indígena boliviano adota formas que possibilitam a constituição do espaço político, por meio da “[...] transformação das práticas estatais dominantes, o aprofundamento da cidadania e a inserção de atores sociais, até então excluídos, no interior do sistema político, de modo a institucionalizar a diversidade cultural que caracteriza o país”, tornando-se agentes transformadores do espaço. E a Geografia, como uma ciência que estuda o território elemento de conflito, de resignificação e existência principalmente para os povos indígenas, se faz, assim:

A Geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é Território. O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar. Santos (2002, p. 9)

Através das geograficidades podemos destacar que a concepção de espaço pode ser usada por diversas formas, mas se não bem explicitada pode se tornar confusa. Segundo Fernandes (2005, p.274):

[...] espaço social está contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais, que produzem diversos outros tipos de espaços materiais e imateriais, como por exemplo: políticos, culturais, econômicos e ciberespaços.

No trabalho empregaremos a expressão de movimentos sócio-espaciais que, segundo Fernandes (2005, p.278):

Da mesma forma como alguns movimentos produzem e constroem espaços, também se espacializam e possuem espacialidades. A produção ou a construção do espaço acontece pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para transformação de suas realidades. Os espaços políticos são reproduzidos pelo movimento da ação, constituindo a espacialização. Os conteúdos desses espaços são manifestados por suas inerências: a espacialidade e a espacialização são propriedades do espaço em seu movimento.

Destacamos o movimento indígena boliviano, pois suas ações territoriais se espacializam no território boliviano juntamente com outros movimentos, constroem assim novos espaços para a transformação da realidade vivida, tornando-se os sujeitos protagonistas das ações territoriais do movimento.

Ainda segundo Fernandes (2005), esse processo é o mesmo que acontece com um território. Ocorre uma transformação de espaços para territórios, onde eles se territorializam, são territorializados e desterritorializados e se reterritorializam, levando assim, na sua territorialidade, as identidades territoriais organizando uma pluriterritorialidade. A mudança de um espaço para território se faz por meio da conflitualidade, os encontros entre o saber e o fazer político que podem conquistar e controlar territórios. O território, deste modo, é um espaço de relações infinitas e marcantes. No entanto, quando partimos da idéia de realizar uma análise geográfica dos movimentos sócio-políticos, preocupamo-nos com ações e relações que são fundamentais para compreender os espaços e territórios produzidos ou construídos pelos movimentos.

Reviver dos movimentos indígenas na *Abya Yala*

Será contextualizado, no texto que segue, a dimensão histórica da América Latina, direcionando as abordagens sobre as questões indígenas. A partir da colonização na América Latina podemos observar que seus produtos sociais ainda estão presentes em nossos meios. Os indígenas que foram brutalmente explorados por um sistema econômico eurocêntrico, o colonialismo europeu, que manipulava para controlar sua hegemonia mundial e sem contar com o Estado para uma nova constituição de poder.

O processo de independência da América Latina nos remetia a uma economia atrasada e dependente, o que facilitou aos Estados o poder. A dominação e subordinação ainda estavam presentes. Estes Estados não representavam as maiorias que foram dizimadas pelos padrões de vida europeus. Prega-se que o Estado, através da cultura, mantém um modelo de assimilação em que os indígenas vivam tal modelo, pelo qual é tido como nacional através, principalmente, do ensino em escolas públicas. Segundo Quijano (2008), acrescentamos que, "la colonialidad del poder sigue implicando que todas o parte de las poblaciones no "blancas" no pueden consolidarse em su ciudadanía sin originar profundos y graves conflictos sociales".

Podemos destacar a constituição dos movimentos indígenas na Abya Yala, que revive nas memórias insurgentes¹ de muitas etnias, decorrência das vivências políticas de organização e enfrentamento de décadas, devido a várias articulações tidas com outros setores da sociedade, que atualmente estão se reterritorializando para constituir um novo tempo, assim desterritorializando a colonialidade do poder e do saber que estão impregnados nos povos latino-americanos.

As grandes revoluções que tivemos na América Latina tinham como participantes ativos os indígenas, como no caso do México em 1910, no Peru em 1968 e principalmente na Bolívia em 1952. Os conflitos sociais se territorializam, pois as massas indígenas buscam suas afirmações na Abya Yala.

Os movimentos indígenas fazem parte das mudanças mais expressivas na cultura política dos povos indígenas latino-americanos. Devido a essas organizações eles vão se constituindo como importantes atores neste novo cenário político, pois como protagonistas, os próprios indígenas assumem o papel de lutar pelos seus direitos, almejam grandes mudanças na organização social, querendo assim novas expectativas para a ascensão de seu povo, antes marginalizados na vida política e social e que passam a debater na sociedade seus direitos históricos, não necessitando mais de interlocutores. Neste novo momento histórico, os fortalecimentos dos movimentos indígenas vão se unindo, sendo uma reação ao processo de exclusão que se expandiu desde o período colonial.

Através de seus elementos étnicos os movimentos indígenas querem a conservação de sua cultura e o apoio sistemático ao movimento.

Extrapolam-se regiões e países onde estão localizadas suas comunidades e as novas lideranças indígenas apropriam-se desse espaço para espacializar os movimentos e suas ações. Os movimentos indígenas são uma resposta às ações dos Estados nacionais, que ignoram os direitos que os indígenas consideram históricos e sagrados, especialmente sobre os seus territórios e seus recursos naturais.

Algumas lideranças indígenas notaram que para a defesa de seus direitos é necessário representar diretamente suas comunidades diante dos Estados latino-americanos.

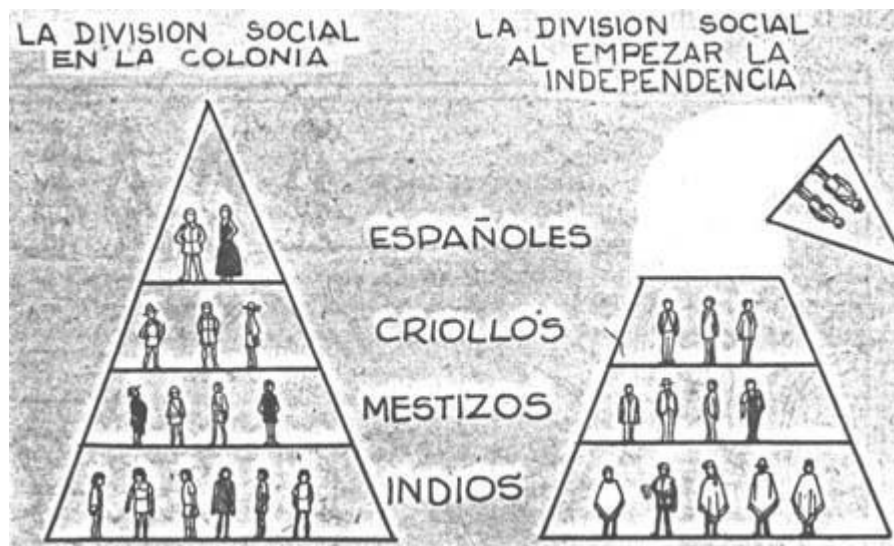
¹ A partir de Quijano (2008, p.) podemos citar que [...] la revolución de Tupac Amaru en el Virreinato del Perú, en 1780, que fue derrotada, pero dejó profundas secuelas para el destino del poder colonial. La revolución en Haití, en 1804, bajo la conducción de Toussaint Louverture, sin duda la primera gran revolución moderna, que en el mismo movimiento histórico produjo una victoriosa subversión social (esclavos contra amos), otra anticolonial y nacional (la derrota del colonialismo francés y la formación de la nacionalidad haitiana), y una de porte global, el primer momento de la desintegración de la colonialidad del poder (“negros” contra “blancos”) [...]

Os indígenas querem manter e estabelecer suas origens étnicas e também acrescentar algumas necessidades importantes para sobreviverem, com condições adequadas de saúde e educação, reivindicações de sobrevivência econômica mais justa, principalmente sob a sociedade capitalista que se torna cada vez mais individualista e desigual.

A Bolívia e o tempo

A Bolívia é o país mais pobre da América do Sul e o segundo mais pobre na América Latina depois do Haiti. Os povos indígenas são a maioria na Bolívia, sendo que os *quechuas* são 2.5 milhões, os *aymaras* são 1.5 milhões e outras 34 etnias que juntas somam um total de um milhão.

Apesar de os indígenas terem sofrido extrema repressão por causa das rebeliões que promoveram devido a anos de escravidão, de mortes de seus povos, da imposição cultural de pagamento de impostos aos espanhóis, destacamos os casos de Tupac Katari² e Bartolina Sisa³. Ambos conseguiram deixar o exército espanhol abalado, enfraquecendo-o, resultando no processo de pseudo-independência da Bolívia, principalmente pelos *criollos* que tiveram papel essencial nesta batalha e se tornariam parte da nova classe média boliviana na qual almejavam o poder.



1 - Figura Divisão social na Bolívia. Fonte: www.katari.org

A partir da figura 1 podemos observar que a pseudo-independência serviu tão somente como oportunidade para os *criollos* chegarem ao poder. Além de saquearem os territórios dos

² Julián Apaza adotou o nome de Tupac Katari em homenagem a Tupac Amaru. Lutou pela liberdade dos indígenas diante dos espanhóis. Mais informações em www.katari.org

³ Companheira de Tupac Katari. Lutou pela emancipação dos indígenas. Mais informações em www.katari.org

indígenas, os *criollos* sancionaram leis em que os indígenas tinham que comprar suas próprias terras novamente, proporcionando assim a concentração de terras nas mãos de poucos.

A Guerra do Pacífico entre Bolívia (e Peru aliado boliviano) e Chile ocorreu devido ao controle de determinada parte do deserto do Atacama no qual possui uma grandiosa riqueza natural de nitratos (guano e salitre) tais recursos eram usados como fertilizantes para a agricultura e para a fabricação de explosivos, além das desconfianças sobre os limites territoriais fronteiriços estabelecidos depois da descolonização. Tal combate custou caro para a Bolívia que não se encontrava bem economicamente nem socialmente. Perderam sua entrada ao mar, como parte do acordo de Paz com o Chile que obtinha a partir de então a província de Antofagasta. Bolívia ficou com uma construção de uma linha de trem de La Paz até o porto com livre acesso. O território boliviano no qual permanece sem entrada ao mar e que desde então tem sérios problemas diplomáticos com o Chile, pois quer de volta sua rota ao mar, porém os chilenos não estão dispostos a devolver⁴.

A Guerra Federal de 1899 foi então a busca de um novo eixo econômico boliviano, entre os conservadores donos das minas de prata de Sucre contra os liberais donos do estanho que viviam na redondeza de La Paz, onde seria o novo eixo liberal boliviano.

Economicamente destacamos o monopólio do minério pelos barões do estanho sobre o capital. Assim como a crise de 1929, mais um fator deixou resquícios no Estado boliviano, já em decadência e com pouca legitimidade.

Depois de alguns problemas na fronteira⁵ com o Paraguai, o então presidente Salamanca⁶, com o apoio da burguesia boliviana e sem nenhuma tentativa de negociação com os paraguaios, embora sem qualquer tipo de ameaça contra os bolivianos, inicia a Guerra do Chaco. O exército boliviano, constituído quase todo por indígenas, vai para uma guerra que não é deles, mas de interesses das multinacionais Standard Oil dos Estados Unidos e a Royal Deustsch (ANDRADE, 2007). Uma guerra que Salamanca e seus apoiadores acreditavam que seria rápida e vitoriosa, devido aos treinamentos do exército boliviano e por ter uma população maior e uma economia mais estável. Porém, o que podemos notar é que foi um longo massacre sobre os bolivianos, pois além de perderem parte de seu território e muitas vidas para os paraguaios, os bolivianos viram seu país mergulhado em uma profunda crise econômica e social depois dessa guerra. Os problemas só aumentaram, como as desigualdades sociais exorbitantes e a intensificação da discriminação dos brancos sobre os indígenas e

⁴ "Bolívia e Chile voltam a trocar farpas por saída ao mar". Fonte: <http://noticias.terra.com.br>

⁵ No Chaco Boreal descobriram campos de petróleo no qual resultou o conflito entre os países.

⁶ Daniel Salamanca Urey foi presidente da Bolívia de 1931 a 1934.

mestiços. O aumento do desemprego se elevou principalmente pelo fato de que muitos permaneceram nas cidades e não mais nos campos depois da guerra. Assim sendo, uma nova oferta de mão-de-obra surge e torna-se objeto de manobra dos interesses das classes dominantes.

Os indígenas se levantavam indagando sobre os sangues derramados de muitos deles, exigindo seus direitos, principalmente sobre seus territórios.

Com o decreto de sindicalização sendo obrigatório, sob a presidência de Toro⁷, possibilitou a organização nacional dos trabalhadores bolivianos.

Na cidade de Cochabamba surgem os primeiros movimentos socioterritoriais, em que pode-se desenvolver uma relação política com outros movimentos socioterritoriais, como o de trabalhadores mineiros e trabalhadores das cidades além de intelectuais.

Podemos enfatizar, segundo Rivera (1984), que a partir da Guerra do Chaco o "povo" começa a participar dos discursos políticos tornando-se interlocutor, através de convocatórias organizadas por sindicatos do território do Vale de Cochabamba e pelos movimentos comunitários do território Altiplano. O *indigenismo* fortalece, se tornando respeitado pelos movimentos estudantis e pelas federações *obreras*.

No entanto, o pós-guerra inicia-se com as organizações sindicais dos mineiros, mestiços e indígenas camponeses que se organizam para reivindicarem seus direitos e seus territórios que lhes foram saqueados diante de uma sociedade constituída por classes e totalmente desigual.

Segundo Andrade (2007), devido aos acontecimentos históricos e políticos que vinham ocorrendo e que ainda permaneciam nas memórias dos bolivianos antes mesmo de abril de 1952⁸, destacamos o tramado golpe de Estado planejado pelo partido político Movimento Nacionalista Revolucionário (MRN) e por militares do próprio governo. Então 9 de abril não foi diretamente o ponto de explosão do processo revolucionário boliviano, mas um incidente que fazia parte de anos de contradições existentes na sociedade boliviana. A participação das massas não era esperada e fazia com que mudasse totalmente a ocasião e a atitude do movimento. Todavia, dirigentes do MNR estrategicamente tentaram recuperar o

⁷ David Toro Ruilova foi presidente da Bolívia de 1936 a 1937.

⁸ A revolução boliviana, iniciada em 1952, cunhada por vezes democrático-burguesa e por vezes de nacional-popular, duraria até 1964, ano em que ocorreu o golpe militar dos generais René Barrientos e Alfredo Ovando Candia. Este período se divide em três governos: o primeiro, encabeçado por Paz Estenssoro, de 1952 a 1956; o segundo, com Siles Zuazo, entre 1956 e 1960; e o terceiro, novamente liderado por Paz Estenssoro, com Juan Lechín como vice-presidente, de 1960 a 1964 (PERICÁS, 2007, p.115).

controle sobre a situação, buscando conter o caráter revolucionário e assim reorganizar-se institucionalmente.

Na revolução de 1952 o direito ao voto foi dado a todos os bolivianos, independentemente de serem alfabetizados ou não, assim como aos proletários e aos indígenas. Tentava-se com a revolução (re)construir uma nova Bolívia, através da luta e do sangue por muitas vezes derramado de trabalhadores mineiros e indígenas. A reforma agrária foi uma das medidas mais visíveis e expressivas pelas muitas mobilizações dos indígenas campesinos.

Segundo Regalsky (2003), a revolução de 1952 desencadeou uma insurreição dos trabalhadores das minas, que colocou no poder o partido político MNR que tinha ascendência entre os trabalhadores das minas. A partir de então inicia-se um período de lutas campesinas, onde os primeiros sindicatos dos campesinos quechuas dos vales de Cochabamba começam a reocupar territórios em processo de disputa. Mesmo que os quechuas não tenham participado de forma direta da insurreição de 1952, eles mantinham vínculos com os trabalhadores das minas, assim os quechuas conseguiram se manter informados do que acontecia na insurreição, obtendo principalmente a informação de quando o exército foi dissipado, tornando possível a ação territorial dos movimentos indígenas na invasão de territórios dos quais estavam sob o poder dos latifundiários.

Com a insurreição consolidada, os quechuas constituem de forma notória uma grande mobilização nos vales de Cochabamba, com a invasão territorial e a expulsão dos fazendeiros, retomam seus territórios e reterritorializam-se. Em agosto de 1952 tem início a Federação de Campesinos de Cochabamba, que almejam a construção de uma comissão para que possam efetuar estudos sobre a reforma agrária. O sindicato campesino torna-se forte nos campos, ao ponto de pacificar e resolver conflitos. O MNR encontrava-se diante de campesinos que contavam com o apoio dos trabalhadores da cidade e dos mineiros que exigiam a devolução de seus territórios sem direito a indenização ou dos fazendeiros que tinham perdido suas terras e queriam restituições. O partido encontrava-se sem legitimidade diante da situação.

O governo de Paz, Estenssoro⁹, tentava debilitar os sindicatos campesinos, em janeiro de 1953, mas não conseguiu, encontrando ainda diante de fortes pressões sociais. Em 2 de agosto de 1953 o MRN promulgou o decreto sobre a Reforma Agrária, no entanto os conflitos continuavam, pois essa reforma não ocorreu de forma igual, uma vez que haviam relações de

⁹ Víctor Paz Estenssoro foi presidente da Bolívia a partir de 15 de Abril de 1952 a 6 de Agosto de 1956 e 6 de Agosto de 1964 a 4 de Novembro de 1964.

clientelismo na Reforma Agrária pelos sindicatos aliados ao MNR e também devido a falsas promessas de fazendeiros, alianças em troca de terras e ameaças.

Segundo Regalsky (2003, p.90) podemos notar que:

La ley de La Reforma Agraria otorgó al Presidente de la República el derecho a firmar él mismo cada uno de los títulos de tierras que emitía la Reforma Agraria. Paz Estenssoro, en un esfuerzo por asegurarse el apoyo campesino, aceleró el papeleo de la Reforma Agraria [...]

Assim, conseguiu-se um forte apoio dos camponeses indígenas, gerando afastamento em relação aos mineiros. O MNR estava conseguindo manobrar os sindicatos camponeses para que ficassem sob sua tutela, no qual pretendia-se estabelecer a reconstrução do Estado juntamente com a burguesia.

Com o General Barrientos¹⁰ como presidente ocorreram modificações nos sindicatos camponeses, pois as relações com as bases e subcentrais vão se perdendo, assim como as estruturas que ficam abaladas e as reivindicações que eram constituídas entre ambos. Barrientos manipulava os sindicatos camponeses de acordo com os seus interesses, ainda continuava a existir na Bolívia a herança do pensamento oligárquico, além do Estado Liberal divisor da reconstrução social.

O Pacto Militar-Camponês (PMC), segundo Rivera (1984), [...] “fue diseñado como una estructura institucional de enlace entre el sindicalismo para-estatal y el ejército, para sustituir a la articulación sindicato-partido-Estado vigente durante el período del MNR”. O PMC desterritorializou as organizações sindicais pelas milícias, foi recuperada a maioria das armas da Guerra do Chaco e se reconstituiu o exército que teria um papel de pacificador segundo Barrientos. Porém, o que de fato ocorrem é que, passaram a deter o pleno poder sobre os sindicatos camponeses que estavam totalmente sob o comando do MNR. No entanto, não era possível que os movimentos camponeses se mantivessem sob o comando do exército e tudo permanecesse tranquilo, mas aparentemente foi o que aconteceu, pois o General Barrientos possuía grande carisma e humildade, falava castelhano e quechua era de Cochabamba. Conseguiu conquistar o apoio dos sindicatos camponeses indígenas até então, que participavam ativamente das decisões referente ao Estado juntamente com Barrientos, principalmente no que referia às questões agrárias.

¹⁰ René Barrientos Ortuño foi presidente da Bolívia de 1964 a 1965 e de 1966 a 1969.

Com o golpe de Estado comandado por Hugo Banzer¹¹ no qual contou com ajuda do Comité Cívico de Santa Cruz, a Bolívia se encontrava mergulhada em profundas crises, com governo corrupto e ditador, que de forma desleal e aterrorizante repreendia os movimentos populares. Nos vales de Cochabamba notava-se que os sindicatos se reconfiguravam diante das debilidades econômicas vivenciadas até então. O aumento dos preços dos alimentos de base foi o que gerou uma grande manifestação pelos camponeses. Fizeram uma grande ação territorial na rodovia que liga Cochabamba a Santa Cruz de la Sierra. Em Tolata e Epizana encontrava-se a concentração do movimento fortemente, os camponeses queriam então a presença de Banzer para que pudessem negociar novas formas de relação com o Estado. Todavia o governo não atende ao chamado dos camponeses.

Em janeiro 1974 ocorreu um dos massacres mais sangrentos na história da Bolívia nos vales cochabambinos, em Tolata e Epizana. O massacre foi o início da ruptura com o PMC.

Com tantos massacres e exploração indígena, se consolidava a força da nova classe burguesa boliviana, a de Santa Cruz de la Sierra, ligada ao agronegócio e à exploração de gás, seu principal interesse, cujo Estado favoreceu à burguesia, devido às colaborações no golpe de estado. Com um retrocesso geral na Bolívia e atendendo somente aos anseios da nova elite boliviana, Banzer contribuiu para consolidação dessa elite no poder, durante o regime neoliberal. (FUENTES & HARNECKER, 2008)

A insurreição do movimento indígena boliviano

Os movimentos sociais são sujeitos e atores da mudança histórica, pois são participantes políticos no qual criam propostas para transformação das estruturas impostas pelo Estado e nos incitam por questões sobre a identidade nacional. Tais movimentos são atores plurais, pois buscam mudanças culturais, políticas e sociais que liberem seus interesses e que os tornem reconhecidos.

A mobilização de recursos e identidades sócio-culturais como identificador das ações coletivas do movimento indígena boliviano, destaca a produção de significados ou símbolos, bem como a estrutura e organização das ações coletivas. Desta forma os discursos e as imagens são parte das ações territoriais dos indígenas, pois são meios de conquistar seus objetivos de geografar que, segundo Porto (2003), a Geografia se torna um verbo, um ato de marcar o território e para isso a *wiphala* (bandeira indígena) torna-se parte deste ato no qual está carregado de significados históricos, como os ponchos (vestimenta das autoridades), la

¹¹ Hugo Banzer foi presidente da Bolívia de 1971-1978.

hoja de coca, a *pollera* (saia) e os *awayus* multicoloridos (peça têxtil tradicional das mulheres indígenas), sombreiros e a *q'uarwa* ("arma" indígena) Romero (2007), que seriam os símbolos da identidade indígena coletiva, revivida através de movimentos originários.

Tais costumes são parte do geogrfar territorialmente, a fim de alcançar de forma estratégica o reconhecimento plurinacional da Bolívia.

Historicamente o movimento indígena boliviano esteve em vários conflitos como no de Tupaj Katari, que até em nossos dias atuais influência na idéia de que o território é sagrado.

Com a revolução de 1952, a Bolívia passa por grandes reformas, onde podemos destacar o direito à participação política dos indígenas através do voto universal. Depois da revolução nacional e da tomada de poder da classe média boliviana, se destacam algumas lideranças indígenas Aymaras, Felipe Quispe e Evo Morales que buscavam transformações sociais e econômicas.

Em 1979 se constitui oficialmente a *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB)*, uma organização de cunho nacional étnico e campesina, que conseguiu romper com o PMC e com o Estado, depois se juntou com a *Central Obrera Boliviana (COB)*. Houve algumas divergências entre CSUTCB e a COB devido ao 'obrerismo'.

A partir de Regalsky (2003) destacamos que através de CSUTCB se inicia um novo período de independência política de classes na Bolívia, assim como a luta contra as heranças coloniais que se prolongavam no Estado boliviano. Em 1995 se estabelece o instrumento político devido à iniciativa da *Federación Sindical Única de Trabajadores de Campesinos de Cochabamba*. Nesses anos todos a CSUTCB foi quem desempenhou a função de organizar os movimentos indígenas.

Em 2000 a Bolívia revive o surgimento do movimento indígena, com o apagar do movimento operário em meados de 80 e, no limite de tantas desigualdades do modelo neoliberal, os aymaras, os cocaleros, com a liderança de Felipe Quispe e do Evo Morales, proporcionando a insurreição destes agentes sociais que apresentam maior força de mobilização e ações sociais e territoriais.

As participações das comunidades agrárias e das federações sindicais estão criando relações de poder que deixam o Estado em segundo plano, os movimentos indígenas de insurreição vão revivendo e se afirmando aos poucos com um novo projeto político que enfatiza sua diversidade cultural. Afirmando-se como maioria na Bolívia e reconstruindo suas próprias relações e constituições de poder político e territorial.

Com o acúmulo de momentos de ações e resistências socioespaciais e socioterritoriais, surge um novo momento de insurreição do movimento indígena boliviano, através da reconstrução e reafirmação de identidade dos indígenas e com o protagonismo desses atores sociais.

A “guerra da água” em Cochabamba é o levantar do povo boliviano e do movimento indígena, pois lutaram contra o aumento dos preços da tarifa de água com um reajuste de 300% pela multinacional Bechtel que administrava parte da empresa Águas Del Tunari. Discutia-se o valor dos recursos que eram sociais e naturais, pois tudo se tornara mercadoria frente ao governo neoliberal. É importante salientar que foi a primeira vitória do povo boliviano, depois de anos de subordinação. O apoio entre o campo e a cidade foi essencial para a conquista da vitória.

As ações territoriais promovidas pelo movimento indígena de 1999 a 2001 legitimaram a capacidade de poder do movimento, desconstruindo as certezas dos partidos políticos conservadores que manipulavam a democracia boliviana.

Seguindo esta vertente, o movimento indígena, em 17 de outubro de 2003, fundou uma Agenda Política de Prioridades: Criar a Assembléia Nacional das Organizações e Movimentos Sociais, feita para levantar a unidade dos povos bolivianos para que se pudesse desempenhar a defesa da soberania nacional e originar as bases de construção de um novo Estado e de uma nova Bolívia que começou com a vitória do então presidente Evo Morales Ayma, em dezembro de 2005.

Deste modo, aflora-se cada vez mais entre os indígenas a atribuição deste território sagrado, reafirmando a importância da diversidade como parte da nação boliviana e constituindo uma relação que os indígenas têm de respeito e admiração por la *Madre Tierra*, uma vez que verdadeiramente pertencem a essa *Abya Yala*.

Considerações finais

A Bolívia torna-se marcante dentro do processo histórico latino- americano, sendo regado por conflitos sociais, onde juntamente com outros países marcaram e ainda marcam de sangue a formação histórica da América Latina.

Podemos compreender que, a partir da formação histórica-política boliviana, levantam-se vários movimentos sociais que lutam contra as desigualdades impostas a eles e contra as invasões de seus territórios. Esse despertar torna-se memorável dentro de seus

territórios, pois são parte da identidade originária das etnias que vivem na Bolívia (Fernandes, 2005).

Ressaltamos que a participação que os movimentos indígenas tiveram no processo histórico-político boliviano foi decisivo, pois a partir de então vão se reconfigurando politicamente diante da sociedade burguesa e de seus interesses. Suas ações são as lutas em defesa de seus territórios carregados de relações de identidade e culturais, pois são sagrados.

Por mais que muitas questões deste trabalho mereçam análises mais profundas, finalizo este trabalho com o seguinte pensamento que em nossa América Latina resume-se nesta canção de *Calle 13 Latinoamérica* "não podem comprar nossa alegria, pois aqui se respira luta e vamos caminhando"...

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. A Revolução boliviana. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CAMARÃ, Marcelo Argenta. Os movimentos sociais e a formação de identidades sócio-territoriais na Bolívia. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Geociências- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. OSAL - Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

FUENTES, Federico; HARNECKER, Marta. MAS-IPSP de Bolivia a instrumento político que surge de los movimientos sociales. Año de 2008.

LINERA, Álvaro García. Os movimentos indígenas na Bolívia. DIPLOMACIA, ESTRATEGIA Y POLÍTICA- ABRIL/JUNIO de 2005.

MARTIN, Jean-Yves. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente (SP), nº19/20, p.26-41, Nov.1997

MIGUEL, Bruno Siqueira Abe Saber. A inserção dos movimentos indígenas na arena política boliviana: novos e velhos dilemas. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 68-84, jan./jun. 2008.

PERICÁS, Luiz Bernardo. Processo e desenvolvimento da revolução boliviana. In: Lutas Sociais, Vol. 3, 1997.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. *En publicación: Movimientos sociales y conflictos en América Latina*. José Seoane. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Programa OSAL. 2003. 288 p. ISBN: 950-9231-92-4

QUIJANO, Aníbal. El movimiento indígena y las cuestiones pendientes en América Latina. *El Cotidiano*, Vol. 23, Núm. 151, septiembre-octubre, 2008, pp. 107-120. Universidad Autónoma Metropolitana – Azcapotzalco – México.

REGALSKY, Pablo. Etnicidad y clase: El Estado boliviano y las estrategias andinas de manejo de su espacio. CEIDIS / CESU-UMSS / CENDA e Plural. La Paz, 2003.

RIVERA CUCINCANQUI, Silvia. Oprimidos pero no vencidos. Luchas del campesinado qeshwa y aymara 1900-1980. La Paz: Aruwiwri. 2003.

ROMERO, Carlos Cortez. Movimentos Sociais da Bolívia. América Latina en Movimiento: ALAI, ano 2007-07-03.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha; SILVA, Carlos Alberto Franco da; et alii. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense; Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002.

TAPIA, Luis. "Una reflexión sobre la idea de Estado plurinacional." OSAL, Buenos Aires: CLACSO. Año 2007 VIII, N°22, septiembre. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal22/D22Tapia.pdf>.

Sites consultados

Instituto Nacional de Reforma Agraria (INRA). BREVE HISTORIA DEL REPARTO DE TIERRAS EN BOLIVIA. De la titulación colonial a la Reconducción Comunitaria de la Reforma Agraria: certezas y proyecciones. Disponível em: <http://www.inra.gob.bo:8081/InraPa/upload/Brevehistoria2008.pdf;jsessionid=D9A1BF9AF6C0927EF49BC9762F052B90>. Acessos no período de agosto 2012.

Katari. Disponível em: <http://www.katari.org/>. Acessos no período de agosto de 2012 e janeiro de 2013.

<http://www.eldiplo.org/index.php/archivo/164-quien-controla-internet/un-nuevo-mapa-politico-en-bolivia/>